
A IMAGEM NA MÍDIA E A FUNÇÃO POLÍTICO-SOCIAL DAS PRIMEIRAS-DAMAS NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA¹

Jéssica ABRAHÃO²

Paula VIEL³

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Ocupando algumas das posições mais baixas nos rankings mundiais de participação de mulheres na vida pública, o Brasil é marcado por uma história que evidencia a desigualdade de gênero na política. Nesse contexto, o presente artigo visa ilustrar de que modo as primeiras-damas brasileiras são historicamente retratadas pela mídia frente ao seu efetivo papel e função político-social desde a redemocratização no País. Para tanto, faz-se uma análise particular das primeiras-damas Marisa Letícia, Marcela Temer e Michelle Bolsonaro, atualmente no cargo, considerando as respectivas imagens midiáticas, trajetória e obrigações políticas exercidas na ocupação do ofício, tendo em vista ainda o contexto histórico, as características do Estado e a evolução do papel do primeiro-damismo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: primeira-dama; democracia; função político-social; comunicação; imagem midiática.

1. INTRODUÇÃO

Explicitar as disparadas da questão de gênero, qualquer que seja o campo, é ainda uma necessidade e um desafio. Na perspectiva de inúmeros autores dos mais variados momentos históricos, o entendimento dos processos e das práticas sociais que envolvem a tratativa é essencial para estabelecer tanto um recorte do passado e do presente, quanto a modelação de um futuro promissor frente à equidade.

Nesse sentido, e levando em conta o recorte da participação da mulher na política brasileira e, mais especificamente, o papel do primeiro-damismo no País, a questão vai além e nos faz refletir sobre a naturalidade com que a sociedade ainda encara o papel das mulheres nesse contexto, baseando-se em princípios que ainda reforçam a singularidade de gêneros, a semiose da linguagem da solidariedade e outros fatores simbólicos que fundamentam e reforçam os estereótipos e as marcas da desigualdade.

Assim, este trabalho não deve ser encarado como uma mera constatação de contexto e retrato do arcabouço social que envolve a questão, mas como uma oportunidade para que sejam

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do corpo e Gêneros, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduada em Relações Públicas pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo; e-mail: jessica.abrahao@alumni.usp.br.

³ Graduada em Relações Públicas pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo; e-mail: paula.viel@alumni.usp.br

discutidos os caminhos no sentido do afastamento das discrepâncias de gênero na política brasileira. No mais, e não menos importante, caberá também analisar sob esta égide anteriormente exposta o papel das primeiras-damas no País, função que carrega consigo uma carga historial extensamente vinculada à figura da mulher, produto de uma tessitura cultural pautada pela visão que naturalizou e legitimou, ao longo dos anos, características biológicas para ratificar a hierarquização das posições de poder.

2. PERSPECTIVA HISTÓRICA

2.1 A mulher na política nacional

A história da mulher na política brasileira é certamente complexa e envolve um caldo cultural importante, mas, para fins de análise prática, este artigo a dividirá em quatro momentos principais: a conquista do direito ao voto, em 1932 (produto do movimento sufragista), a ascensão dos movimentos feministas em meados de 1970 (marcado pela contestação da ordem política vigente no País à época), a promulgação da Constituição de 1988 (que abriu caminhos formais para a igualdade de direitos perante a Lei entre homens e mulheres) e, por fim, o estabelecimento da Lei de Cotas na década de 90 (a qual permitiu que as mulheres passassem a figurar com maior presença quantitativa nas corridas eleitorais e que, de lá pra cá, juntamente com outras leis, passou por uma série de mudanças exigidas pelo Superior Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para aumentar ainda mais esses índices).

Das nuances que envolvem estes momentos, percebe-se como a história política no Brasil evidencia a dominância masculina nas posições de poder na esfera pública, com uma crescente, mas paulatina entrada de mulheres nesse âmbito. São dados como os divulgados em 2019 pela NeritPolítica⁴ que comprovam essa disparidade. De acordo com a publicação – que coleta dados junto às fontes oficiais como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Congresso e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) –, a ocupação de mulheres nos cargos eletivos no Brasil em 2019 é de 15%. Nas últimas eleições, como resultado de esforços coletivos durante o período de campanha, a bancada feminina na Câmara dos Deputados aumentou 51%, número que representa apenas 77 mulheres entre os 513 parlamentares eleitos. No mais, as mulheres compõem 14% do contingente político no Senado, 13% das cadeiras de vereadores eleitos, 11% das prefeituras, e apenas uma mulher

⁴ Software de gestão política que publica artigos online com os resultados de suas pesquisas. Para este trabalho, foi considerado o artigo de Samuel Elom, “Participação das mulheres na política”.

ocupando a cadeira de governadora em um dos estados da Federação. Por fim, na história republicana do País, o Brasil contou com apenas uma presidente mulher, Dilma Rousseff, eleita em 2010.

Nas entrelinhas dos números supracitados, temos a construção das campanhas eleitorais e das disputas de poder frente à figura masculina. Na visão das pesquisadoras Irlys Barreira (2008) e Lúcia Avelar (2001), as mulheres se adaptaram a um fazer político pautando os espaços na condição/singularidade de gênero. Ou seja, na tentativa do pleito aos cargos públicos, as candidatas ou se utilizam dos estereótipos que demarcam as diferenças socioculturais entre homens e mulheres, como, por exemplo, a linguagem solidária, a condição afetiva, a sensibilidade, maternidade etc, ou assumem características socialmente atribuídas ao masculino para sinonimar sucesso por meio de um processo conhecido como gerenciamento de impressões. Este conceito, original de Jones e Pittman (1982), mencionado no artigo da pesquisadora Gabriela Góis Cavalcanti, intitulado “Um Estudo sobre gerenciamento de impressões em relação ao gênero feminino” (2005), é capaz de influenciar essa perspectiva da teoria dos papéis sociais.

Como adendo, portanto, cabe mencionar também o trabalho da pesquisadora Cristiane dos Santos Parnaíba (2014) que expunha que

“Esta sub-representação política feminina tem origem na forma como foram atribuídos e distribuídos papéis sociais diferentes às mulheres e aos homens, sendo a elas reservado o espaço privado do lar e a eles o espaço público da política e de outras instituições. A partir desta divisão de espaço privado e público, foram sendo disseminados e incentivados características e comportamentos pertencentes a cada gênero. Assim, as mulheres, independentes do tempo e lugar em que viviam, foram marcadas por características como beleza, maternidade, ingenuidade, habilidade nas tarefas domésticas, doçura e sensibilidade, entre outros. Sendo a mídia, uma das ferramentas usadas para legitimar este perfil de mulher ideal.” (PARNAÍBA, 2014, p. 3)

Desta forma, a ascensão das mulheres em ambos os casos é um embate concreto frente à carga histórica que vinculava à figura feminina a características biológicas na tentativa de legitimar a hierarquização das posições de poder. Mas como de fato se dá/deu essa formação sociocultural aos longo dos anos?

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1996-2007) explica o engendramento formador dessa perspectiva por meio do que se conhece por teoria dos campos, salientando as variáveis que permeiam as relações sociais e as posições de poder no quesito do gênero.

Em seu conceito de “habitus” (correspondente a uma categoria específica do capital cultural, o capital cultural incorporado), Bourdieu explicita que, para toda percepção individual ou coletiva do mundo, bem como a forma como reagimos a ele, são construídas percepções e tendências que organizam essas construções sociais. Essas construções simbólicas que planificam a nossa visão de mundo, são distribuídas sob a égide da desigualdade – uma vez que esse “habitus” acaba por estabelecer parâmetros de distinção/exclusão e, na outra ponta, de prestígio social. Ou seja, esse processo constrói paulatinamente, e de maneira camuflada, a supremacia de certas classes (os dominantes) perante outras (os dominados), uma vez que “a violência simbólica consiste em uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la”. (BOURDIEU, 1996, p. 10-22).

Aproximando essa tese da questão de gênero *per se*, Bourdieu ainda expõe que essa problemática se laça, portanto, na diferenciação biológica entre os sexos que legitimou a figura masculina hierarquicamente acima na pirâmide das construções sociais, catalogou os atributos tidos como femininos e ligados à delicadeza, feminilidade e maternidade (catapultados na nova ordem econômica mundial do século XIX e, conseqüentemente, da racionalização burguesa) e evidenciou, com base nessas variáveis, a divisão sexual do trabalho.

Trazendo esse contexto para a ocupação do espaço público pelas mulheres, o sociólogo ainda pontua que, para romper esse ciclo simbólico, estas precisam edificar o que Bourdieu define como capital político, o qual permite atingir e mudar a consciência social de algo/alguém por meio de crenças que devem ser difundidas a ponto de ocupar espaço e de garantir legitimidade e reconhecimento nesse colchão social. Mary Beard (2018), em *Mulheres e Poder: Um Manifesto*, traz à tona situações em que mulheres foram permitidas, na história clássica, a ocuparem um espaço de voz ativa de um discurso público. A autora levanta que, para expressarem defesa aos seus lares, filhos, maridos e interesses de outras mulheres, a legitimidade de suas falas é considerada (p. 24). Além disso, ao se colocarem como vítimas ou mártires, também têm permissão para ocupar estes espaços. Esta constatação reforça a imagética da mulher em torno da feminilidade, trazida por Bourdieu e suas considerações hierárquicas da construção dos papéis de gênero.

Ainda, considerando o contexto e evolução socioeconômicos que trilharam os caminhos em que se encontra nossa sociedade atual, Silvia Federici (2017), em seu livro *O Calibã e A*

Bruxa, elucida a posição da mulher em relação à desvalorização de seu trabalho, considerado doméstico, o que corrobora para a criação da imagem estereotipada do feminino.

O caráter filantrópico do trabalho feminino pode também ter uma herança da percepção e caracterização de seus feitos como “não-trabalho” (p. 182), extinguindo seu valor. Assim, se uma mulher costurava algumas roupas, tratava-se de “trabalho doméstico”, mesmo se as roupas não eram para a família, enquanto, quando um homem fazia o mesmo trabalho, se considerava como “produtivo”.

Assim, o ciclo simbólico de Bordieu e a perspectiva feminista de Federici sobre a formação das relações de trabalho, complementam-se e trazem à superfície pistas e indagações que possibilitam avançar neste debate.

3. PANORAMA: O PAPEL E A HISTÓRIA DO PRIMEIRO-DAMISMO NO BRASIL DESDE A REDEMOCRATIZAÇÃO

O termo primeira-dama, propriamente dito, emergiu em terras norte-americanas no século XIX, com a nomeação de “primeira-dama da nação” atribuída à Frances Cleveland, esposa do 22º presidente americano, Grover Cleveland, pela imprensa local. Por sua vez, emergiu também o termo primeiro-cavalheiro, com a chegada de Margaret Thatcher ao cargo de primeira-ministra do Reino Unido, em 1979.

De lá pra cá, algumas primeiras-damas ganharam destaque, porém como não há nenhuma competência pública/cargo destinado à figura da primeira-dama, a maioria delas foi atrelada a ocupações de natureza assistencialista e/ou pelas características simbólicas atreladas à mulher. São elas, por exemplo, Evita Perón (que esteve à frente das políticas sociais de vanguarda na Argentina); Jackie Kennedy (que ficou conhecida por suas características simbólicas femininas como a simpatia, carisma e estilo); Raisa Gorbachev (filósofa até hoje considerada como uma das mulheres mais importantes da Rússia, principalmente pela atuação na preservação da herança cultural russa e na atuação em causas sociais); e Michelle Obama (primeira mulher afrodescendente a ocupar o posto de primeira-dama dos Estados Unidos, com participação ativa nas campanhas presidenciais de Barack Obama e que, apesar dos grandes discursos em convenções democratas e de feitos como a atuação na promulgação da de Igualdade de Pagamento em defesa dos direitos das mulheres, ficou conhecida também pelo senso de moda, estilo e pelos trabalhos assistencialistas).

Considerando o caso brasileiro, em contrapartida aos números de mulheres que preenchem os cargos eletivos no País, desde a 1880, 37 mulheres ocuparam o posto de primeira-dama.

Seguindo o modelo republicano norte-americano, as primeiras-damas brasileiras não possuem cargo estabelecido na Constituição, ou seja, o papel é meramente protocolar e todo o trabalho que exercem é voluntário e não-remunerado, contando apenas com um verba destinada pelo Poder Executivo para ações assistencialistas lideradas por elas. Historicamente, tinham seu papel atrelado ao momento sociocultural da época, que basicamente consistia no cuidado doméstico e no acompanhamento dos respectivos maridos em aparições públicas e eventos oficiais. Somente na virada de 1915, as primeiras-damas passaram a assumir também funções assistencialistas em causas sociais, principalmente na organização de solenidades a fim de angariar fundos, e incluídas no rol das campanhas políticas e na representação da figura pública dos maridos em determinadas ocasiões e eventos oficiais.

Como destaques de primeiras-damas brasileiras temos⁵:

- **Maria Pereira Gomes**, esposa de Venceslau Brás, que ficou conhecida como a primeira-dama que atuou em prol de causas sociais ligadas ao combate à seca no Nordeste brasileiro, além de trabalhar pela distribuição de medicamentos e alimentos em casos de como o das famílias tomadas pela gripe espanhola no Rio de Janeiro. Fundou também o Asilo Santa Isabel, com a função de educar e amparar jovens mulheres abandonadas do cuidado parental.
- **Darcy Vargas**, esposa de Getúlio Vargas, conhecida por se ocupar em diversos trabalhos sociais e pela criação da Legião Brasileira da Assistência (LBA)⁶ – que carregou a chancela do trabalho voluntário feminino durante décadas. Após a Segunda Guerra, Darcy orientou os trabalhos da organização em prol de famílias necessitadas em geral, fornecendo desde insumos básicos de subsistência até cursos de capacitação.

⁵ Informações de trajetória extraídas das seguintes publicações: BBC, New York Times, O Globo, G1, El Pais, Washington Post e Gaucha ZH.

⁶ “Criada em 1942, tinha o objetivo de prover insumos e assistências para as famílias dos soldados brasileiros mobilizados para combate durante a Segunda Guerra Mundial. De acordo com o [decreto oficial](#), “A Legião Brasileira de Assistência, abreviadamente L.B.A., associação instituída na conformidade dos Estatutos aprovados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e fundada com o objetivo de prestar, em todas as formas uteis, serviços de assistência social, diretamente ou em colaboração com instituições especializadas, fica reconhecida como órgão de cooperação com o Estado no tocante e tais serviços, e de consulta no que concerne ao funcionamento de associações congêneres.”.

- **Sarah Kubistchek**, esposa de Juscelino Kubistchek, fundadora da Pioneiras Sociais – rede de caridade iniciada em Minas Gerais e cascateada para outros estados, que arrecadava fundos e doações para famílias necessitadas do estado e atuava no preparo e distribuição de itens como merenda escolar, alimentos, roupas, aparelhos para deficientes físicos etc. Sarah também foi responsável pela inauguração de hospitais (incluindo unidades disponibilizadas para populações ribeirinhas no Amazonas).
- **Rosane Collor**, esposa de Fernando Collor, cuja fama herdou forte escândalo de corrupção que envolvera o desvio de verbas da LBA. À época, Rosane foi condenada em primeira instância.
- **Ruth Cardoso**, esposa de Fernando Henrique Cardoso, foi responsável pela extinção da LBA na tentativa de tornar as iniciativas no tocando social um pouco menos assistencialistas, criando assim a Comunidade Solidária, organização que ficava diretamente responsável pelos programas sociais e voluntários relacionados aos governo federal, e o programa Alfabetização Solidária, braço de alfabetização de jovens e adultos.
- **Marisa Letícia**, esposa de Luís Inácio Lula da Silva, quase não exerceu cargo filantrópico durante os dois mandatos de Lula e se limitou às aparições em ocasiões oficiais ao lado do então presidente, deixando seus esforços mais dedicados ao movimento sindicalista e às funções que exercia como inspetora escolar e babá – decisão pela qual foi muito criticada seja por opositores, seja por demais setores da sociedade. Sua atuação de caráter social relacionada ao governo foi mais forte no lançamento da ONG Apoio Fome Zero.
- Com a transição de governo para a primeira presidente mulher do País, o governo de **Dilma Rousseff** não contou com primeiro-cavalheiro, uma vez que é divorciada. Durante o governo Lula, Dilma foi atrelada à figura de “mãe” de diversos projetos socioeconômicos do governo, como o Programa de Aceleração do Crescimento e o Luz Para Todos. Como presidente, afirmou a preferência por ser tratada como presidenta, e figurou as pautas da defesa do papel das mulheres na política, da defesa da democracia, de programas assistenciais como o Brasil Carinhoso (com o objetivo zerar a miséria absoluta de famílias brasileiras), além de ter sancionado políticas de cotas e outras ações etc. nos mais variados eventos e solenidades.
- **Marcela Temer**, casada com Michel Temer, passou a ocupar o posto após o processo de impeachment de Dilma. No posto, se envolveu principalmente com as

causas relacionadas a crianças, tendo sido Embaixadora do Programa Criança Feliz (focado em dar assistência médica e psicológica a crianças carentes de 0 a 3 anos), cofundadora do programa Viva Voluntário (em prol do engajamento social cidadão em atividades voluntárias), participando também de diversas solenidades do governo relacionadas às ações sociais. Durante todo o período, teve sua imagem bastante atrelada ao passado de miss.

- **Michelle Bolsonaro**, esposa de Jair Bolsonaro, é a atual primeira-dama do Brasil. Raramente apareceu publicamente durante a primeira etapa da campanha do candidato, e esteve mais ativa, inclusive figurando propaganda eleitoral de Bolsonaro, na segunda etapa da candidatura, em 2018. Vide o trabalho que já exercia com a comunidade surda e como voluntária na comunidade evangélica que frequenta, Michelle foi a primeira primeira-dama brasileira a discursar no parlatório durante a posse presidencial, e recentemente foi eleita Cidadã do Mundo pela Paz e Embaixadora da Paz. Desde o começo de 2019, Michelle tem acompanhado os eventos e solenidades beneficentes e a agenda do governo que se relacione a causas sociais.

4. METODOLOGIA

Com base em todo o exposto anteriormente, este trabalho visa ilustrar de que modo as primeiras-damas brasileiras são historicamente retratadas pela mídia frente ao seu efetivo papel e função político-social desde a redemocratização no País, focando principalmente nas figuras de Marisa Letícia, Marcela Temer e Michelle Bolsonaro – fazendo adendo ainda à ex-presidente Dilma Rousseff. Portanto, o artigo pretende ressaltar de que modo atores sociais midiáticos percebem o cargo protocolar de primeira-dama no Brasil, de que maneira esse processo é influenciado pelas atribuições simbólicas e como/se há um reforço da desigualdade de gênero e da singularidade de gênero dentro do recorte de mulheres na política.

Para tanto, a proposta considera uma avaliação quanti e qualitativa da cobertura da agenda do primeiro-damismo pela Folha de S. Paulo, através de seu arquivo digital, incluindo matérias publicadas nas versões website e impressa, veiculados desde a primeira menção de seus nomes na publicação. Serão avaliados critérios como (a) # de artigos, (b) principais *tags* referentes ao tema; (c) função exercida; (d) padrões de comportamento; (e) representação da vida privada; (f) associação a “escândalos”; (g) o que for pertinente individualmente a cada uma.

A escolha de um único veículo de comunicação se deu pela relevância da publicação como fonte de insumos para formação da opinião pública. Além da alternativa de manter uma mesma linha editorial e não obter dados muito disformes. Com o método, pretende-se traçar paralelos e identificar os dados capazes de refutar ou não as hipóteses levantadas.

5. ANÁLISE

As três últimas primeiras-damas do Brasil exerceram seus cargos sob a luz da internet e das redes sociais. Ainda que Marisa Letícia, esposa de Luis Inácio Lula da Silva, tenha ocupado a posição entre os anos de 2003 a 2010 – e no início do seu mandato a difusão da informação por vias digitais ainda não tinha alcançado os altos patamares atuais –, sua presença é a mais marcante. Seu nome aparece em 2133 artigos, seguido por Marcela Temer, com 345 citações, e por último, Michelle Bolsonaro, com 195.

5.1 Marisa Letícia

A discrepância entre os resultados é influenciada pelo tempo de exposição política. O nome de Marisa é citado pela primeira vez em 11 de fevereiro de 1994 e, pela última, em 30 de maio de 2019. A temática de ambos os artigos, coincidentemente, trata da vida privada e amorosa de Lula. No primeiro, em uma entrevista com uma ex-namorada de seu marido, envolvendo uma antiga polêmica, Marisa é apenas citada como parte da história. No último, sobre a atual namorada de Lula, é citado apenas o falecimento da ex-primeira-dama, em fevereiro de 2017.

Marisa ficou conhecida – e foi bastante criticada – por ter mantido sua função como sindicalista durante seus dois mandatos e não ter participado ativamente de projetos ligados diretamente ao governo. Apesar disso, sua imagem foi amplamente utilizada durante a campanha eleitoral de 2002, afim de conquistar espaço entre o eleitorado feminino, e, em 2003, a presença da primeira-dama em atividades do governo foi relevante, sendo considerada garota-propaganda. Marisa anunciava que preferia ser chamada de “primeira-companheira”, fazendo uma clara alusão ao vocabulário sindicalista e reforçando sua imagem próxima ao povo. “Não vou tomar chá das cinco com as madames”, declarou em 1989.

Em um perfil publicado em 1º de janeiro de 2003, dia em que tomou posse como primeira-dama ao lado de Lula, Marisa é colocada como uma mulher de “pulso forte e sangue

quente” e “dama-de-ferro”, trabalhadora e responsável pelas finanças da casa. Além disso, como uma pessoa que valoriza tradições religiosas e segue à risca comemorações familiares.

Apesar de ter sua imagem associada a uma mulher forte, ainda era considerada, também, para as funções tradicionalmente femininas, como a escolha da casa e da decoração, participação em eventos filantrópicos, e associação com assuntos como sensibilidade, moda, maquiagem e relação com corpo e peso.

Sua atuação de caráter social relacionada ao governo começou com o lançamento da ONG Apoio Fome Zero, ainda em 2003, em que assumiu a presidência de honra. Nesta ocasião, sua participação foi comparada à de Ruth Cardoso, que presidia o conselho consultivo do programa Comunidade Solidária.

Do final do mandato até o fim de sua vida, Marisa foi alvo da temática da corrupção do partido, PT, e de Lula. Em setembro de 2016, foi considerada ré por corrupção passiva e lavagem de dinheiro pela operação Lava-Jato, tendo a acusação extinta após seu falecimento. Durante este período, a ex-primeira-dama foi amplamente associada a esquemas e investigações criminais e sua imagem foi afetada. Nas redes sociais, a piora em seu quadro de saúde foi comemorada, o que elucida o retrato de uma sociedade politicamente fragmentada capaz de chancelar o ódio como forma de expressão, processo evidenciado, de um lado, pelo desgaste do presidencialismo de coalização e da própria imagem partidária advinda de episódios de corrupção.

Analisando, então, a construção de sua trajetória midiática, Marisa Letícia passou por uma mudança drástica em relação à percepção sobre sua imagem e atuação, estritamente ligada à Lula. Na cobertura da Folha de São Paulo, a ex-primeira-dama tem papel secundário e, na maior parte das citações, seu nome aparece na frase “acompanhado da esposa Marisa Letícia”.

5.2 Marcela Temer

Marcela Temer ocupou o cargo de primeira-dama por cerca de dois anos, quando seu marido, então vice-presidente Michel Temer, assumiu a presidência em 2016. A primeira vez que foi citada na publicação Folha de São Paulo foi em 4 de janeiro de 2010, em um curto artigo sobre uma tatuagem com o nome do marido. Desde a primeira aparição, Marcela é tratada frequentemente como “ex-miss” e tem suas características físicas mencionadas.

Conhecida pela capa da Revista Veja como “bela, recatada e do lar” – reportagem replicada e comentada em diversas ocasiões pela Folha –, Marcela é colocada como uma mulher discreta que “chama a atenção por sua beleza e juventude”. Sua sexualidade foi amplamente colocada em pauta, considerando a diferença de idade com o marido – ela, com 36 anos, ele, com 78 anos – e uma polêmica envolvendo um ensaio para a Revista Playboy, que teve sua publicação vetada.

Em setembro de 2016, Marcela ocupou seu primeiro cargo não-remunerado como primeira-dama, assumindo a função de embaixadora do programa social Criança Feliz. Na ocasião, foi comunicado que “ganhou de seu marido” um gabinete no Palácio do Planalto. Sua imagem também foi relacionada à campanha de combate ao Zika vírus.

A participação de Marcela em eventos com Michel Temer é marcada pelo retrato da vestimenta escolhida pela primeira-dama. Seus vestidos e comportamentos de compra são mencionados com frequência. Em uma ocasião, a escolha de um vestido branco foi justificada, por um jornalista, como “um resumo do que o seu marido quer transmitir no início da gestão como presidente: serenidade, ordem e progresso.”

A última vez que Marcela foi citada em uma reportagem foi em 19 de abril de 2019, sobre a invasão por hackers em seu celular. Assim como Marisa Letícia, as últimas menções ao seu nome referem-se a casos de corrupção envolvendo Michel Temer e, na maior parte delas, aparece na frase “acompanhado de sua esposa”.

5.3 Michelle Bolsonaro

Michelle Bolsonaro, a atual primeira-dama do Brasil, teve seu nome mencionado pela primeira vez em 17 de março de 2017, em um artigo sobre as preferências a candidatos a presidência do pastor Silas Malafaia, que celebrou seu casamento com o então deputado Jair Bolsonaro.

A temática religiosa é fortemente presente em suas aparições na mídia. Posicionada como uma mulher reservada, recatada e que não usa “roupas de perua”, sua ligação com a comunidade surda, como tradutora de libras na igreja em que frequenta, a primeira-dama chamou a atenção ao ser a primeira mulher – não eleita – a discursar em uma posse presidencial.

Sua atuação no primeiro semestre do mandato foi ligada à filantropia. “Quero atuar em todos os projetos sociais possíveis”, declarou Michelle, que diz ter preferência pelas causas de pessoas com deficiência e portadores de síndromes.

Antes de se casar com o atual presidente, Michelle trabalhava como secretária parlamentar na Câmara dos Deputados, mas este trabalho é apenas citado nas matérias, e suas habilidades cognitivas para executá-lo não são exaltadas.

O discurso de Michelle é bastante alinhado com o de seu marido. Inclusive, a primeira-dama costuma ressaltar as qualidades do presidente, em contraposição à sua imagem na mídia, afirmando que não é um homem preconceituoso, mas “um ser humano maravilhoso”, “com um brilho no olhar diferenciado”. Somando-se aos seus enunciados, as temáticas de Jair Bolsonaro fazem parte da construção da imagem de mulher religiosa e conservadora. A palavra “heterossexual” e passagens da bíblia sobre a criação de “macho e fêmea”, são citadas nos artigos sobre seu casamento.

A tradução em Libras dos discursos de Jair é vista de maneira positiva e inclusiva, considerando que, historicamente, esta não tenha sido uma preocupação exacerbada dos governos anteriores. Em contrapartida, as reformas políticas que afetam diretamente alguns direitos fundamentais da comunidade surda, têm sido motivo de críticas e cobranças para que a atuação de Michelle extrapole a simples adaptação de discursos e, de fato, influencie a legislação em forma de proteção aos direitos da população.

A moralidade e o conservadorismo são marcantes neste governo e na atuação da primeira-dama. Apesar de não exercer os projetos com proatividade, seu comportamento ratifica discursos, como o da ministra Damarens Alves.

Também, assim como Marisa e Marcela, Michelle teve seu nome citado em esquemas de corrupção envolvendo a família de seu marido. Apesar disso, sua imagem não foi afetada por estas aparições, sendo mencionada de forma secundária ou exposta como vítima durante as reportagens.

Até o fechamento deste trabalho⁷, seu nome foi citado pela última vez em 29 de junho de 2019, em uma matéria sobre o apoio de líderes religiosos ao governo atual.

⁷ Último acesso em 1º de Julho de 2019.

6. CONCLUSÃO: RETRATO E REALIDADE

As três mulheres analisadas conservam características que as aproximam e que as diferenciam. Suas vidas privadas e trajetórias pessoais e profissionais são divergentes e as linhas políticas ocupadas por seus maridos também se destoam. Ainda assim, a análise apresenta informações interessantes sobre a imagem de cada uma delas, dados fundamentais em se tratando dos pareados estabelecidos ao longo deste artigo relacionados à perspectiva histórica e ao panorama.

Apesar de fazerem parte de escolas, crenças e vertentes diferentes, a representação midiática do primeiro-damismo no Brasil ainda posiciona estas mulheres como secundárias e parte integrante das carreiras de seus maridos. A frase “acompanhado de sua esposa” aparece na maior parte dos artigos sobre a presença do presidente em eventos, retratando como função primária o posicionamento das primeiras-damas como acessório anexo dos líderes de estado. Aqui, fica reforçada a tese de Bourdieu, que hierarquicamente posiciona o sexo masculino acima na pirâmide das construções sociais. No recorte presidente-esposa, o homem automaticamente encontra-se em uma posição superior, uma vez que representa a liderança máxima do país, mas sua esposa compartilha o destaque midiático, sendo pauta frequente, ainda que sob a sombra do mesmo, e majoritariamente associada ora pelo caráter filantrópico do posto ora pelas credenciais estéticas que ocupa no “cargo” de mulher.

Ainda que características supostamente masculinas, como habilidade financeira e inteligência emocional, sejam levantadas, principalmente com Marisa Letícia, a ênfase na descrição das primeiras-damas refere-se às habilidades femininas de cada uma. São exemplos suas capacidades intuitivas, de estilo, crenças religiosas e atuação com populações minorizadas.

Um fator importante a ser levantado é a crítica advinda da recusa à função histórica do cargo, que, nas matérias analisadas, não fica explicitamente exposta, mas converge em um discurso de cobrança para com as atribuições de caráter social esperadas. O ato de assumir pastas filantrópicas, a presidência de honra de organizações não-governamentais e a própria participação em eventos beneficentes são subentendidos como funções desta posição e a renúncia ou insucesso destas ações levam a um reforço de suas características “do lar”, ocupando o espaço simbólico do doméstico, representadas por signos que corroboram a criação da imagem estereotipada do feminino, e reiterando ainda como esse valor ligado ao trabalho de filantropia não associa essas mulheres ao capital político pontuado por Bourdieu como o necessário para ocupar o espaço político-público.

Assim, conclui-se que o primeiro-damismo no Brasil representa a imagem da mulher doméstica e recatada, que sob luzes mais atentas, possuem características individuais que fogem a esse padrão, mas que não são suficientes para tirar esse estigma uma vez que são constantemente recolocadas nesta posição pela mídia. Suas vozes são ouvidas principalmente em momentos atribuídos historicamente ao cargo e quando estão associadas aos maridos, o que invisibiliza seus aspectos pessoais e individuais.

Espera-se, nos turbilhões de conquistas de direitos pelas mulheres e elevação da equidade de gênero, que uma mudança de paradigma ocorra e permita que as primeiras-damas no Brasil – ainda que seja essa uma função meramente protocolar estabelecida pela Constituição – ocupem espaços particulares de atuação e possam trazer suas ideias e habilidades para resultados de fato benéficos, e não pré-moldados, ao lado do presidente.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, L. **O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1989.

BARREIRA, I. **Chuva de Papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1998.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder: um manifesto**. São Paulo: Editora Planeta, 2018.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

CAVALCANTI, Gabriela Góis. **Um Estudo sobre gerenciamento de impressões em relação ao gênero feminino**. Bauru: SIMPEP, 2005.

ELY, D. **Marcela Temer será embaixadora de programa social no novo governo**. Gaúcha ZH, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2LG1q5K> Acesso em 8 jun 2019.

ELOM, S. **Participação das mulheres na política**. Nerit Política. Minas Gerais, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/32LFhpr> Acesso em 12 jun 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GLOBO, O. **Cinco primeiras-damas marcantes na política mundial**. O Globo. Disponível em: <https://glo.bo/2OqZIKi> Acesso em 4 jun 2019.

ITAJUBA, G. **Personalidades marcantes: Maria Carneiro Pereira Gomes. O Guia de Itajubá.** Disponível em: <http://bit.ly/32Or6Qn> Acesso em 3 jun 2019.

JUCÁ, B. **Michelle Bolsonaro, uma discreta primeira-dama evangélica.** El País Brasil, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2Ofqjod> Acesso em 4 jun 2019.

LOIS, R. **Michelle Obama's Popularity Increases; First Lady Now Considered a Role Model.** Washington Post, 2009. Disponível em: <https://wapo.st/2Y3rQT3> Acesso em 6 mai 2019.

MENDES, P. **Dilma sanciona lei que cria cota de 50% nas universidades federais.** G1, 2012. Disponível em: <https://glo.bo/2JYNDBn> Acesso em 9 jun 2019.

MENDES, P; PASSARINHO, N. **Dilma amplia faixa etária do Brasil Carinhoso para até 15 anos.** G1, 2026. Disponível em: <https://glo.bo/2JZZn6v> Acesso em 5 mai 2019.

MESQUITA, L. **De onde vem o papel da primeira-dama - e a tradição de trabalho social.** BBC Brasil, 2019. Disponível em: <https://bbc.in/2XXKueO> Acesso em 4 jun 2019.

PARNAÍBA, C. **A mulher na presidência e na mídia: uma análise da representação de Dilma Rousseff nas charges jornalísticas,** Artigo para Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP. Disponível em: <http://bit.ly/2YmQnBS> Acesso em 7 mai 2019.

SWARNS, R. **'Mom in Chief' Touches on Policy;** Tongues Wag. The New York Times, 2009. Disponível em: <https://nyti.ms/2Ywt5cV> Acesso em 6 mai 2019.

8. ANEXOS

Análise da clipagem disponível em: <http://bit.ly/2OeS2FC>